ROUPA SUJA SE LAVA EM CASA: A MEDIAÇÃO COMO CAMINHO DE PACIFICAÇÃO PARA O AMOR QUE ACABOU

DIRTY LAUNDRY IS WASHED AT HOME: MEDIATION AS A PATH TO PEACEFULNESS FOR LOVE THAT HAS ENDED.

Barbara Lucia Tiradentes de Souza - Doutoranda em Direitos Fundamentais e Democracia pelo PPGD UNIBRASIL. Mestre em Ciências Jurídicas com ênfase em Solução de Conflitos pela AMBRA University – Flórida, Estados Unidos. Especialista em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná – EMAP. Bolsista do Programa de Suporte à Pós Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), da CAPES. Membro do Núcleo de Pesquisa Jurisdição e Democracia do UniBrasil. E-mail: assessoria.jus2@gmail.com.

<https://lattes.cnpq.br/0383404187136697>.

<https://orcid.org/0000-0002-7937-435X>.

Elisangela Veiga PONTES - Advogada. Sócia da ELISANGELA PONTES – Sociedade Individual de Advocacia. Mestranda em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu da AMBRA University – Flórida, Estados Unidos. Graduada em Direito e Relações Internacionais pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil- UniBrasil. E-mail:

elisangelapontes.pesquisas@gmail.com.

<https://lattes.cnpq.br/3610272161939983>.

<https://orcid.org/0009-0002-9007-9041>.

Este artigo analisa criticamente o fenômeno da judicialização dos conflitos familiares no Brasil, destacando como a lógica adversarial do sistema de justiça frequentemente amplia os danos emocionais, especialmente quando há filhos envolvidos. Em vez de promover pacificação, os processos judiciais tendem a cristalizar o sofrimento e dificultar a reconstrução dos vínculos familiares. Com base em revisão bibliográfica interdisciplinar, o estudo evidencia os limites do modelo tradicional e propõe a adoção da mediação como caminho mais eficaz e humanizado para lidar com as rupturas afetivas. Defende-se que desjudicializar o amor que acabou não é omissão estatal, mas sim uma resposta ética e transformadora, alinhada à dignidade das partes e ao bem-estar das crianças. O artigo propõe, ainda, diretrizes para a institucionalização da mediação no Direito de Família brasileiro, ressaltando sua relevância diante da diversidade cultural e dos múltiplos arranjos familiares contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Judicialização das relações familiares; Mediação; Pacificação dos conflitos; Litígios afetivo-familiares; Multiculturalismo..⁴⁶

This article critically analyzes the phenomenon of the judicialization of family conflicts in Brazil, highlighting how the adversarial logic of the justice system often amplifies emotional harm, especially when children are involved. Rather than fostering peace, judicial proceedings tend to crystallize suffering and hinder the reconstruction of family bonds. Based on an interdisciplinary literature review, the study reveals the limitations of the traditional model and advocates for the adoption of mediation as a more effective and humanized path to address affective ruptures. It argues that dejudicializing broken relationships is not a sign of state omission but rather an ethical and transformative response, aligned with the dignity of

GRALHA AZUL – periódico científico da EJUD-PR *the parties and the well-being of children. The article also proposes guidelines for the institutionalization of mediation within Brazilian Family Law, emphasizing its relevance in the face of cultural diversity and the multiple forms of contemporary family arrangements.*

KEYWORDS: *Judicialization of family relations; Mediation; Conflict pacification; Affective-family disputes; Multiculturalism.*

INTRODUÇÃO

O fim de um relacionamento já é difícil por si só. Mas quando o tribunal substitui o diálogo, a ferida vira cicatriz aberta. Em vez de curar, o sistema judicial brasileiro frequentemente aprofunda os traumas familiares. Este artigo é um chamado urgente para repensar como tratamos o amor que acabou e as vidas que ele deixou para trás.

Quando o respeito e o amor acabam, o que se inicia, muitas vezes, é um processo de luto afetivo permeado por mágoas, ressentimentos e frustrações. Em meio a esse turbilhão emocional, surgem também as questões patrimoniais, quem fica com o quê, quem deve pagar o quê e, por fim, o desafio mais sensível, qual seja, decidir o futuro dos filhos menores.

Conflitos familiares, especialmente os conjugais, afetam diretamente a estrutura emocional e relacional da família, e, mais do que sua ocorrência, é a forma como são conduzidos

⁴⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

que determina os impactos sobre os envolvidos (BOLZE *et al.*, 2017). Quando não resolvidos de forma construtiva, tais conflitos tendem a se perpetuar e agravar, abrindo espaço para litígios judiciais que falham em atingir a raiz do problema.

Nessa sequência dolorosa de conflitos, não raro o Judiciário é convocado a intervir, transformando-se em palco de disputas que, mais do que jurídicas, são profundamente emocionais. As partes até podem obter uma sentença, a qual por vezes favorável, por outras nem tanto, mas o conflito, que transcende a dimensão legal, frequentemente permanece latente. Isso porque, a decisão judicial, embora necessária em muitos casos, não alcança as camadas mais profundas do desacordo, aquelas que envolvem ressentimentos, mágoas, frustrações e traumas não resolvidos.

Não há dúvidas de que conflitos familiares, especialmente os conjugais, afetam diretamente a estrutura emocional dos filhos. Esses efeitos se agravam quando os conflitos se estendem por vias judiciais, aprisionando as partes em um ciclo de dor, mágoas e ressentimentos. Pesquisas demonstram que o grau de conflito entre os pais está diretamente relacionado ao aumento de problemas comportamentais nas crianças, independentemente da configuração familiar (ROHENKOHL; CASTRO, 2012, p. 439).

Esse dado revela que a perpetuação dos embates no Judiciário está longe de cumprir a finalidade de pacificar; ao contrário, amplia os efeitos negativos dos litígios, perpetuando dores e ressentimentos. Torna-se, portanto, urgente buscar caminhos de resolução mais

humanizados e empáticos, em especial a mediação, que ao privilegiar o diálogo e a corresponsabilidade, apresenta-se como instrumento eficaz de desjudicialização e pacificação dos conflitos familiares.

Diante da cultura da judicialização, já enraizada na sociedade, atualmente as salas de audiências tornam-se o novo campo de batalha, petições substituem o diálogo, laudos e sentenças, a escuta e o cuidado acabam por vezes não fazendo sentido prático e efetivo para os envolvidos. Assim, atualmente os processos judiciais acabam por cristalizar o conflito, afastando ainda mais as partes da possibilidade de reconstrução e pacificação.

É nesse contexto conflituoso que o presente estudo se insere, propondo uma análise crítica da judicialização excessiva dos conflitos familiares. Tal fenômeno evidencia não apenas a insuficiência do modelo adversarial para lidar com as complexidades emocionais das relações pessoais, como também a carência de políticas públicas efetivas voltadas à promoção da mediação. Esse mecanismo, ao priorizar o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilidade, mostra-se mais adequado para alcançar a finalidade maior do Direito de Família: a proteção da dignidade e o bem-estar das pessoas envolvidas.

Diante disso, o presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre a forma como o sistema de justiça tem sido frequentemente utilizado não como mecanismo de pacificação, mas como espaço de amplificação dos conflitos íntimos. Defende-se que a desjudicialização, longe de configurar uma omissão estatal, constitui uma

resposta mais ética, eficiente e transformadora às rupturas afetivas. Parte-se do pressuposto de que o amor que chegou ao fim não precisa, necessariamente, se converter em litígio, e que o Direito deve ser compreendido como ferramenta de reconstrução de vínculos, e não de sua destruição.

Nesse cenário, a mediação ganha especial relevância por sua capacidade de dialogar com o multiculturalismo que caracteriza as famílias contemporâneas. A pluralidade de arranjos familiares, os diferentes valores culturais e as múltiplas concepções de parentalidade desafiam o modelo judicial uniforme, que tende a padronizar experiências afetivas singulares. A mediação, ao contrário, permite soluções sensíveis às particularidades culturais e relacionais de cada núcleo familiar, reconhecendo que a pacificação dos conflitos depende não apenas de normas jurídicas, mas também do respeito à diversidade que compõe a sociedade brasileira.

A pesquisa estrutura-se em torno dos seguintes objetivos: (i) analisar os impactos emocionais, jurídicos e sociais da judicialização dos conflitos familiares; (ii) investigar os benefícios e limites da mediação como instrumento de resolução de disputas afetivas; e (iii) propor estratégias concretas para a institucionalização da desjudicialização no âmbito do Direito de Família brasileiro.

Para tanto, adota-se como metodologia a revisão bibliográfica especializada, com enfoque interdisciplinar entre o Direito, a Sociologia, a fim de evidenciar como a mudança de paradigma, ou seja, do litígio para o diálogo, que pode contribuir

para a pacificação social e para a reconstrução de vínculos familiares mais saudáveis.

Ao longo do artigo, será possível compreender como a mediação, além de reduzir os danos emocionais e jurídicos da judicialização, revela-se especialmente adequada para lidar com a diversidade cultural das famílias contemporâneas, oferecendo respostas mais éticas, inclusivas e transformadoras. Este é, portanto, um convite à reflexão crítica sobre o papel da mediação como caminho para pacificar o conflito gerado pelo amor que acabou e ressignificar a função do Direito de Família em uma sociedade plural.

Em síntese, a reflexão que aqui se propõe não se limita a uma análise técnica da legislação ou da prática judiciária; trata-se de repensar o próprio papel do Direito na gestão das rupturas afetivas. A judicialização, ao invés de encerrar os conflitos, frequentemente os prolonga e os agrava, deixando marcas emocionais profundas.

Nesse contexto, a mediação familiar emerge como alternativa ética e transformadora, capaz de reconciliar justiça com humanidade, normas jurídicas com diversidade cultural e decisões com cuidado relacional. É a partir dessa premissa que o presente artigo se desenvolve, investigando os limites do modelo adversarial, os potenciais restaurativos da mediação e os desafios para sua efetiva institucionalização no cenário multicultural brasileiro.

1 Judicialização dos Conflitos Familiares: um panorama atual

A crescente busca pelo Judiciário para resolver conflitos de natureza íntima revela, ao mesmo tempo, a fragilidade dos diálogos familiares e uma cultura social que transfere ao Estado a tarefa de administrar afetos rompidos. O que deveria ser um espaço de proteção e justiça acaba, muitas vezes, funcionando como um palco burocrático que não alcança a dimensão emocional das rupturas.

Como observa Tartuce (2018, p. 28), é preciso distinguir *conflito* — entendido como crise vivida em sentido amplo — de *disputa*, que se refere a uma controvérsia específica, como o tempo de convivência com os filhos. O Judiciário, ao se limitar à disputa formalizada, não tem acesso às dores que não cabem nas peças processuais. Assim, em vez de pacificar, acaba por perpetuar a fragmentação relacional, o que pode transformar mágoas íntimas em processos intermináveis.

No contexto das relações familiares pós-ruptura, é preciso reconhecer que o acionamento do Judiciário, sobretudo por mulheres de camadas populares, raramente ocorre de forma imediata. Como observa Oliveira (2020), há, em geral, um intervalo significativo entre o término da coabitação e a formalização judicial de temas como pensão alimentícia. Nesse período, são comuns acordos informais, baseados em contribuições espontâneas de alimentos, pequenas quantias em dinheiro, ajudas ocasionais, embora alguns genitores permaneçam a arcar com todas as despesas dos

filhos, outros simplesmente se eximem de qualquer responsabilidade.

O que temos observado ao longo da pesquisa é que o que motiva algumas mulheres a procurar o sistema de justiça não se reduz à dimensão econômica. Trata-se também de um gesto simbólico, por meio do qual ela deseja responsabilizar moralmente o ex-companheiro pelo abandono afetivo. Nesse cenário, o Judiciário deixa de ser apenas instância de subsistência material e passa a funcionar como espaço de cobrança ética, onde a lei se converte em instrumento de reconhecimento e reparação simbólica.

O Judiciário, como tal, é mobilizado como instrumento de coerção simbólica e material, especialmente por meio da ameaça da prisão, em não havendo pagamento dos alimentos, tal fato revela um uso estratégico da legalidade para além da simples garantia de direitos. Tal dinâmica, reiterada inclusive nas Oficinas de Parentalidade, demonstra como a judicialização é também expressão de disputas simbólicas e afetivas que vão além do campo jurídico estrito.

Quando decisões judiciais substituem o diálogo e a escuta, instala-se um processo de institucionalização do sofrimento, em que os litígios se perpetuam e os danos se intensificam, especialmente quando há crianças envolvidas. A cultura da sociedade está na judicialização, e muitas vezes temos processos intermináveis fundado na vingança, e não na resolução do conflito.

Estudos apontam que conflitos conjugais não resolvidos de forma construtiva podem evoluir para disputas judicializadas, gerando

impactos emocionais severos, especialmente quando envolvem crianças. Estratégias destrutivas, como o silêncio punitivo, a hostilidade verbal e a exposição dos filhos a brigas, comprometem o funcionamento familiar e a segurança emocional de crianças e adolescentes (BOLZE et al., 2017).

Diante dessa construção, torna-se evidente a necessidade de abordagens que transcendam a lógica punitiva e adversarial do processo judicial, acolhendo não apenas as demandas jurídicas, mas também as dimensões emocionais das rupturas familiares. A mediação, nesse contexto, oferece justamente esse espaço de reconstrução: em vez de sentenciar vencedores e vencidos, busca reparar vínculos, reduzir danos emocionais e ressignificar experiências de dor.

Ao privilegiar a escuta ativa, a empatia e a corresponsabilidade, a mediação não se limita a encerrar processos, mas abre caminho para soluções mais equilibradas e sustentáveis. Em contextos nos quais o litígio judicial apenas perpetua a fragmentação relacional, apresenta-se como instrumento capaz de transformar o conflito em oportunidade de diálogo e amadurecimento, devolvendo humanidade à justiça.

Corroborando essa perspectiva, pesquisa empírica realizada por Rohenkohl e Castro demonstrou que, "de forma geral, quanto maior a afetividade e menor o conflito nessas famílias, seja nas díades mãe-filho ou mãe-pai/companheiro, menores os problemas de comportamento das crianças". (ROHENKOHL; CASTRO, 2012).

Esses dados evidenciam que a judicialização, ao cristalizar o embate, intensifica os danos emocionais à infância e reforça a urgência da adoção de métodos alternativos de resolução dos conflitos familiares.

A insistência na via judicial, em vez de apaziguar os ânimos, tende a perpetuar a fratura emocional do núcleo familiar. Afinal, insta frisar que "ambientes conflituos desfavorecem o desenvolvimento da criança" (ROHENKOHL e CASTRO, 2012). Contudo, embora a mediação represente um avanço frente ao modelo adversarial, é importante reconhecer que sua institucionalização no Brasil ainda ocorre sob forte influência do Judiciário.

A permanência do conflito no ambiente judicial, longe de representar solução efetiva, tende a cristalizar ressentimentos e a ampliar os danos psíquicos, sobretudo quando há crianças envolvidas. Nesse cenário, a mediação desponta como alternativa promissora por favorecer o diálogo e a corresponsabilidade, permitindo que as partes construam soluções mais humanas e sustentáveis.

Entretanto, sua institucionalização no Brasil ainda se dá sob a forte tutela do próprio Judiciário, o que levanta questionamentos sobre sua real autonomia e sobre os riscos de reproduzir, em nova roupagem, a mesma lógica adversarial que deveria superar. Isso porque, ao manter vínculos formais com a lógica estatal e com os ritos do processo, a mediação corre o risco de reproduzir, em nova roupagem, os mesmos padrões que deveria superar.

Como afirmam Chaves et al. (2022), "mesmo sendo um serviço que escapa à via

heterocompositiva de resolução de conflitos, [a mediação] não deixa de ter validade jurídica e de estar vinculada ao Sistema de Justiça”, o que levanta questionamentos sobre sua real capacidade de romper com a lógica judicializante e oferecer um espaço verdadeiramente transformador.

Em síntese, a judicialização dos conflitos familiares, embora legitimada pelo ordenamento jurídico como via de resolução, tem se revelado insuficiente para lidar com as complexidades emocionais que perpassam o fim de vínculos afetivos. Mais do que garantir direitos, os processos judiciais frequentemente se tornam arenas de perpetuação de dores mal elaboradas, afetando de modo particular as crianças.

Diante dessa realidade, impõe-se uma reflexão sobre formas mais sensíveis e eficazes de lidar com esses conflitos, capazes de acolher as dimensões subjetivas envolvidas. É nesse cenário que práticas como a mediação, a conciliação, a Justiça Restaurativa e até, em alguns Estados brasileiros, a constelação familiar, ganham relevância, oferecendo caminhos que resgatam o diálogo, a corresponsabilidade e a escuta ativa como instrumentos de reconstrução relacional. A seguir, aprofunda-se a análise dessas abordagens pacificadoras e seu potencial transformador na esfera familiar.

2 A Crise do Modelo Adversarial nas Relações Familiares

Se até aqui deixou-se em evidência como a judicialização transforma crises afetivas em disputas intermináveis, é preciso agora questionar as raízes do próprio modelo que sustenta essa prática. Afinal, por que o Judiciário, mesmo diante de tantos indícios de ineficácia, insiste em lidar com as rupturas familiares a partir da lógica da disputa? O problema não está apenas no excesso de processos, mas na forma como eles são conduzidos: um esquema adversarial que reduz histórias de vida a petições e provas, ignorando que, no campo das relações afetivas, raramente existem vencedores ou vencidos.

O sistema adversarial, herança do paradigma judicial clássico, estrutura-se sobre a lógica da oposição entre partes, em que cada sujeito busca prevalecer deslegitimando o outro por meio de argumentos e provas. Quando essa dinâmica é transposta para o campo das relações familiares, mostra-se particularmente inadequada: em vez de pacificar, tende a acentuar animosidades e a estimular comportamentos destrutivos, sobretudo em contextos de separação e disputa pela guarda de filhos.

Como observa Maria Berenice Dias (2022), a sentença raramente produz o efeito apaziguador esperado nesses litígios, porque os envolvidos não buscam apenas reparações patrimoniais, mas também respostas emocionais diante da frustração de vínculos rompidos. Assim, mesmo após o trânsito em julgado, persiste entre as partes um sentimento de insatisfação e impotência, evidenciando a ineficácia do modelo tradicional para resolver esse tipo de conflito.

Tal dissonância entre o que se busca no Judiciário e o que de fato se obtém alimenta uma dinâmica de frustração contínua, especialmente em disputas marcadas por vínculos emocionais rompidos. A ausência de escuta qualificada e de abordagens humanizadas contribui para que os sentimentos de dor, rejeição e mágoa não sejam elaborados, mas apenas deslocados para o rito processual.

Nesse vazio de sentido, a disputa costuma ultrapassar o limite das sentenças, contaminando o ambiente familiar e comprometendo a saúde emocional das crianças. Estudos de Bolze et al. (2017) mostram que estratégias parentais destrutivas — como hostilidade verbal, silêncio punitivo ou exposição dos filhos a brigas — produzem impactos nocivos duradouros no desenvolvimento infantil.

A persistência dessa lógica adversarial revela um descompasso entre o sistema de justiça tradicional e as especificidades emocionais das relações familiares. Diante desse cenário, torna-se imprescindível construir mecanismos mais humanos e restaurativos, capazes de acolher as demandas subjetivas das partes sem, contudo, intensificar a ruptura dos vínculos afetivos.

Como observa Maria Berenice Dias (2022), o tratamento dos conflitos familiares requer mais do que conhecimento jurídico: exige uma atuação sensível e interdisciplinar por parte dos magistrados e operadores do Direito. Em vez de juízes meramente técnicos, é essencial que esses profissionais atuem como pacificadores sociais, atentos às emoções envolvidas e à complexidade relacional entre as partes, sendo

indispensável uma formação voltada à escuta e ao bem comum.

Essa realidade impõe uma necessária problematização sobre os limites do modelo adversarial na esfera familiar, abrindo espaço para o reconhecimento da natureza relacional e interdependente dos conflitos que nela surgem. Diferentemente das lides patrimoniais, os conflitos familiares envolvem vínculos afetivos e histórias compartilhadas, exigindo formas de resolução que privilegiem o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilização.

Nesse vazio de sentido, a disputa costuma ultrapassar o limite das sentenças, contaminando o ambiente familiar e comprometendo a saúde emocional das crianças. Estudos de Bolze et al. (2017) mostram que estratégias parentais destrutivas — como hostilidade verbal, silêncio punitivo ou exposição dos filhos a brigas — produzem impactos nocivos duradouros no desenvolvimento infantil.

A persistência dessa lógica adversarial revela um descompasso entre o sistema de justiça tradicional e as especificidades emocionais das relações familiares. Diante desse cenário, torna-se imprescindível construir mecanismos mais humanos e restaurativos, capazes de acolher as demandas subjetivas das partes sem, contudo, intensificar a ruptura dos vínculos afetivos.

Importa destacar, contudo, que o modelo adversarial não é equivocado em sua essência: ele cumpre papel relevante em diversos ramos do Direito, sobretudo naqueles voltados a interesses patrimoniais ou a litígios claramente delimitados. O problema surge quando essa mesma lógica é

transposta, sem adaptações, para o campo familiar.

A vida afetiva não se resolve pela aplicação linear de regras ou pela lógica binária de vencedores e vencidos. A sentença pode encerrar o processo, mas não encerra ressentimentos, mágoas ou vínculos que permanecem vivos no cotidiano dos envolvidos. Por isso, no Direito de Família, insistir apenas no paradigma adversarial significa tratar relações humanas complexas como se fossem meros contratos, ignorando que os laços afetivos raramente seguem o roteiro prescrito nos autos.

Nesse sentido, Nazareth e Santos (2004) observam que, no âmbito do direito de família, a mediação desempenha papel essencial justamente por permitir que as múltiplas dimensões subjetivas e relacionais dos indivíduos sejam acolhidas, indo além da mera resposta normativa estatal.

Nesse processo, o contato com experiências estrangeiras revela-se valioso, pois demonstra que é possível conciliar técnica jurídica com escuta empática, autoridade com sensibilidade, e legalidade com afeto. A incorporação dessas referências pode auxiliar o Brasil a fortalecer modelos mais humanizados e eficazes no tratamento das rupturas familiares. Contexto este em que ganha destaque a mediação familiar como alternativa promissora, capaz de promover a reconstrução dos vínculos e a mitigação de danos emocionais.

Vaz, Borges e Souza (2025) expressam que "sob o enfoque freudiano, o conflito, especialmente em contextos familiares, está enraizado em emoções profundas e

inconscientes que, se não forem adequadamente resolvidas, podem perpetuar ressentimentos e tensões". Assim, a mediação, ao dialogar com a Psicologia, busca compreender as motivações profundas dos conflitos e favorecer soluções colaborativas.

Conforme aponta Miranda Netto et al. (2014), a mediação possibilita a superação da lógica adversarial ao transformar os sujeitos envolvidos no conflito em "mediandos" corresponsáveis pela solução. Tal abordagem desconstrói as posições cristalizadas de autor e réu e estimula um diálogo baseado na maturidade emocional e na corresponsabilização, aspectos essenciais para a transformação dos vínculos familiares pós-ruptura.

Esses danos, no entanto, vão além dos meros desgastes emocionais. Em muitos casos, os litígios judiciais aprofundam dinâmicas abusivas, como o controle psicológico, a manipulação emocional e o isolamento das vítimas.

Segundo informativo elaborado pelo CEVID/TJPR (2021), sinais como desvalorização constante, coerção emocional, controle financeiro e humilhações verbais são formas recorrentes de violência relacional, muitas vezes invisibilizadas nas audiências judiciais. O modelo adversarial, ao reforçar a lógica de ataque e defesa, pode servir como palco para essas práticas abusivas, contribuindo para a revitimização das partes mais vulneráveis e ampliando os danos à saúde mental.

Entretanto, como advertem Chaves et al. (2022), "cabe, ainda, problematizar se o preparo oferecido aos mediadores considera a pluralidade de suas formações prévias e,

sobretudo, a complexidade das questões atreladas aos conflitos familiares”. Essa constatação evidencia que, embora a mediação represente um avanço paradigmático, ela ainda enfrenta desafios institucionais e formativos que comprometem sua efetividade plena no sistema de Justiça brasileiro.

A superação do modelo adversarial em litígios familiares tem sido buscada em diferentes sistemas jurídicos ao redor do mundo, conforme demonstram Riveros e Coester-Waltjen (2019), em estudo comparado entre Europa e Chile. Para as autoras, a mediação familiar representa um progresso significativo na proteção da autonomia das famílias e na busca de soluções consensuais mais duradouras, sobretudo em casos que envolvem crianças. Elas destacam que “a mediação pode criar uma atmosfera construtiva para o diálogo e preservar uma relação amigável e sustentável entre as partes”, o que contrasta diretamente com a rigidez e os efeitos adversos do modelo judicial tradicional.

Ao analisar os limites do modelo adversarial, percebe-se que o sistema de justiça, quando rigidamente preso à sua forma clássica, torna-se insensível às complexidades humanas que atravessam os conflitos familiares. Reduzir experiências afetivas a petições, provas e sentenças equivale a uma violência simbólica: converte a dor em processo e transforma o sofrimento em número de autos.

Nessa perspectiva, a questão não é simplesmente substituir o juiz por um mediador, mas repensar a própria lógica que orienta a resolução dos litígios. O desafio é abandonar a

busca por vencedores e vencidos e avançar para modelos de corresponsabilização e reestruturação familiar. Afinal, em disputas familiares, não existem vitórias: todos saem marcados quando a lógica da guerra prevalece sobre a possibilidade de reconstrução.

Inspirado nessa perspectiva comparada e nos dados empíricos levantados nesta pesquisa, propõe-se a seguir um modelo de desjudicialização voltado à realidade brasileira, estruturado em três eixos fundamentais: formação interdisciplinar dos profissionais, fortalecimento institucional dos núcleos de mediação e criação de redes de apoio psicojurídico às famílias em crise.

Ao longo da pesquisa, as autoras perceberam que a desjudicialização dos conflitos familiares no Brasil não é apenas uma necessidade institucional, mas um imperativo ético e humanitário. Ao reconhecer a complexidade emocional das disputas afetivas e a limitação do modelo tradicional em lidar com suas raízes profundas, o Direito é chamado a se reinventar, não para abdicar de sua função reguladora, mas para ampliá-la com sensibilidade, escuta e corresponsabilidade.

O caminho proposto não substitui o sistema jurídico, mas o complementa, inclusive com práticas restaurativas que valorizam a autonomia, a empatia e a reconstrução dos vínculos. Trata-se, enfim, de um convite à humanização da justiça: aquela que acolhe, transforma e reconecta, mesmo diante da ruptura.

Insta consignar que ultrapassar os muros da técnica jurídica não é romper com o Direito, mas

permitir que ele se reconcilie com sua vocação mais profunda: a de pacificar conflitos, restaurar relações, reconstruir histórias e devolver humanidade aos jurisdicionados.

Nesse horizonte, a mediação familiar se destaca como caminho de superação do modelo adversarial, por estimular o diálogo, a corresponsabilidade e a escuta qualificada. Mais do que resolver litígios, a mediação promove um espaço de transformação relacional, especialmente necessário diante da diversidade cultural e dos múltiplos arranjos familiares que compõem a sociedade contemporânea.

3 Mediação como Caminho de Pacificação

Se por um lado o modelo adversarial mostra-se incapaz de lidar com as sutilezas emocionais que permeiam os conflitos familiares, por outro, abre-se espaço para refletir sobre caminhos capazes de ressignificar a função do Direito nesse campo. A superação da lógica de vencedores e vencidos exige mais do que reformas procedimentais: demanda práticas que devolvam humanidade à justiça e reconheçam a pluralidade dos vínculos afetivos. É nesse horizonte que a mediação se apresenta não como simples alternativa procedimental, mas como um verdadeiro paradigma de transformação relacional, voltado à reconstrução de diálogos e à promoção da corresponsabilidade entre os envolvidos.

A crescente judicialização das disputas familiares revela não apenas a incapacidade do

modelo adversarial de lidar com vínculos afetivos rompidos, mas também a urgência de alternativas que privilegiem o diálogo e a reconstrução relacional. Nesse cenário, a mediação ganha destaque por criar um espaço de escuta ativa, corresponsabilidade e respeito mútuo, especialmente em contextos nos quais os laços parentais permanecem, ainda que fragilizados pela ruptura conjugal. Ao deslocar o foco da imposição para a participação das partes, a mediação permite que o conflito seja tratado não como uma batalha a ser vencida, mas como uma experiência a ser ressignificada.

Diferentemente da lógica punitiva do litígio, essas práticas oferecem às partes a oportunidade de participarem diretamente da construção das soluções que as envolvem, fomentando uma cultura de pacificação e autonomia. A mediação, por exemplo, é concebida como um procedimento consensual no qual um terceiro imparcial e capacitado atua para estimular o diálogo entre os envolvidos, respeitando as particularidades do caso e favorecendo a construção de acordos baseados na real vontade das partes (MIRANDA NETTO, 2014).

Essa mudança de paradigma, do confronto para o diálogo, não se limita à forma como se busca a solução, mas à própria compreensão do conflito enquanto fenômeno relacional e não meramente jurídico. Ao reconhecer que as disputas familiares carregam dimensões emocionais, simbólicas e históricas que escapam ao enquadramento técnico da Justiça tradicional, a mediação se apresenta como espaço de

reconstrução subjetiva e responsabilização mútua.

Longe de impor uma resposta, ela convida os envolvidos a co-construírem significados e acordos, rompendo com o padrão verticalizado que tantas vezes silencia as verdadeiras necessidades das partes.

No Brasil, a mediação foi alçada a política pública com a edição da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses. Esse marco normativo consolidou a compreensão de que a função jurisdicional não se resume ao julgamento adversarial, mas deve também promover meios consensuais de pacificação social.

Ao reconhecer a mediação como instrumento essencial de acesso à justiça, a Resolução 125 desloca o foco da mera resolução formal das lides para a reconstrução de vínculos e a restauração do diálogo entre as partes, o que se mostra especialmente relevante em litígios familiares, nos quais a dimensão emocional é indissociável da jurídica.

Além da Resolução nº 125/2010, que consolidou a mediação como política pública no âmbito do Poder Judiciário, é relevante destacar que o Conselho Nacional de Justiça também editou a Resolução nº 225/2016, voltada à Política Nacional de Justiça Restaurativa. Embora esta última não tenha por foco direto a mediação, sua edição revela o movimento institucional do CNJ de ampliar as formas autocompositivas de resolução de conflitos, criando um ambiente normativo que favorece práticas dialógicas e

colaborativas. Assim, a Resolução nº 125 deve ser compreendida como marco inaugural da mediação no Brasil, enquanto a nº 225 reforça a tendência de valorização de métodos que buscam superar a lógica adversarial tradicional.

Além disso, a mediação se destaca por adotar uma abordagem interdisciplinar e horizontalizada. Enquanto os conflitos judiciais familiares, ainda que assessorados por psicólogos e assistentes sociais, são conduzidos majoritariamente por uma lógica técnica e monodisciplinar, a mediação valoriza o diálogo entre diferentes perspectivas profissionais, por meio da co-mediação, promovendo uma análise mais humanizada e centrada no real interesse dos envolvidos (VERAS; FRAGALE FILHO, 2013).

Apesar dos benefícios reconhecidos das práticas autocompositivas, sua implementação no âmbito do Judiciário brasileiro ainda enfrenta resistências significativas, como já mencionado, entre outros fatores, da persistência de estruturas institucionais tradicionais, da valorização do modelo adversarial de resolução de conflitos. Mas, além disso, essa resistência pode também decorrer de mecanismos inconscientes de defesa emocional (VAZ, BORGES e SOUZA, 2025).

O desafio, contudo, reside em consolidar essas ferramentas para além da retórica normativa, efetivando sua aplicação com sensibilidade, qualificação técnica e compreensão da complexidade emocional que permeia os conflitos familiares. A superação dessas barreiras demanda um esforço articulado e consciente de todos os agentes envolvidos no sistema de justiça, incluindo magistrados,

operadores do direito, profissionais das áreas psicossociais e as próprias partes litigantes.

No que tange a conciliação, apesar de se apresentar como alternativa extrajudicial, ainda guarda forte sintonia com o modelo adversarial, uma vez que busca prioritariamente a formalização de um acordo para encerrar o processo, sem necessariamente tratar as causas do conflito. Conforme Veras e Fragale Filho (2013), a figura do conciliador assume um papel mais diretivo, sugerindo possibilidades de entendimento, de modo que a ausência de acordo é vista como fracasso do procedimento, o que reforça a lógica de vitória de uma parte sobre a outra.

Enquanto a conciliação tende a privilegiar a rapidez e a formalização do acordo como finalidade em si, a mediação propõe uma lógica distinta. Seu objetivo não é apenas encerrar o processo, mas trabalhar as causas profundas do conflito, permitindo que as partes reelaborem mágoas, revejam expectativas e construam soluções sustentáveis. Essa diferença de enfoque é crucial: na conciliação, a ausência de acordo representa fracasso; na mediação, o processo de diálogo em si já é transformador, ainda que não resulte imediatamente em consenso.

Para Rodrigo Rodrigues Dias (2025, p. 40), a mediação deve ser compreendida como um espaço jurigenético, de natureza democrática, que promove inclusividade ao permitir que os próprios atores do conflito tragam suas vozes e mundos normativos para o processo. Nesse ambiente, eles entram em contato com a perspectiva dos demais e podem equacionar a

diversidade sem anulá-la, exercendo controle compartilhado sobre as normatividades e sobre os resultados obtidos.

Estudos indicam que soluções construtivas, baseadas na escuta qualificada e no tempo para ressignificação dos conflitos, são mais eficazes para restaurar a convivência entre ex-cônjuges e garantir um ambiente emocionalmente saudável aos filhos envolvidos (BOLZE et al., 2017). Além disso, a mediação familiar se estrutura como uma prática que reconhece a autonomia dos sujeitos e promove o protagonismo das partes na gestão do conflito.

O êxito dessas abordagens não reside apenas na resolução formal do litígio, mas na possibilidade de restaurar a comunicação e resgatar a dignidade emocional das partes. Ao oferecer tempo, escuta e espaço para reelaborar dores antigas, a mediação não apenas trata o conflito, mas humaniza sua condução. Essa perspectiva é especialmente relevante em disputas familiares, onde as consequências da ruptura ultrapassam o plano jurídico e reverberam na subjetividade de todos os envolvidos, sobretudo das crianças.

Romper com a lógica da imposição é, portanto, mais do que um avanço técnico, é um gesto ético de reconstrução das relações em bases mais saudáveis e conscientes. Como explica Braga Neto (2008, p. 49), trata-se de um método no qual "um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou separadas com as partes", estimulando o diálogo cooperativo e a construção de soluções que atendam aos interesses de todos os envolvidos. Ao deslocar o foco da imposição judicial para a

corresponsabilidade, a mediação contribui para a ressignificação das relações familiares e para o fortalecimento de vínculos mais saudáveis mesmo após a dissolução conjugal.

Para que a mediação familiar atinja plenamente seu potencial transformador, é necessário refletir sobre a formação e a qualificação dos profissionais que a conduzem. A atuação mediadora demanda mais do que habilidades técnicas; exige sensibilidade para lidar com a complexidade emocional e relacional dos conflitos familiares.

Conforme observa Tartuce (2018), em determinados conflitos familiares submetidos ao Judiciário, é possível suspender o processo para encaminhamento das partes a atendimentos interdisciplinares, conforme autoriza o art. 694, parágrafo único, do CPC/2015. Situação semelhante ocorre nos casos de violência doméstica, em que a Lei nº 11.340/2006 (arts. 29 e 30) prevê a atuação obrigatória de equipes compostas por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde, com funções de orientação, encaminhamento e fornecimento de subsídios ao juiz. Tais dispositivos, segundo a autora, demonstram o reconhecimento institucional da necessidade de uma abordagem mais humanizada, que vá além da tecnicidade legal para acolher a complexidade dos conflitos que envolvem vínculos afetivos e sofrimento emocional.

Essas previsões normativas sinalizam um avanço importante: o Direito brasileiro reconhece que os conflitos familiares não podem ser tratados apenas sob a ótica jurídica, exigindo diálogo com outras áreas do saber. No entanto, a

simples existência desses dispositivos legais não garante, por si só, uma prática efetivamente interdisciplinar. Em muitos casos, a atuação dessas equipes ainda é pontual, burocratizada ou carente de recursos, o que limita seu potencial de transformar a experiência das partes envolvidas. É justamente nessa lacuna entre a norma e a realidade que se insere o desafio de consolidar uma mediação mais consistente e humanizada.

Nesse sentido, Chaves et al. (2022) alertam: "Cabe, ainda, problematizar se o preparo oferecido aos mediadores considera a pluralidade de suas formações prévias e, sobretudo, a complexidade das questões atreladas aos conflitos familiares." Essa observação evidencia que o fortalecimento da mediação passa também pela estruturação de políticas públicas que garantam capacitação interdisciplinar, suporte institucional e reconhecimento da especificidade do campo familiar.

Em tempos de exaustão institucional e adoecimento relacional, insistir exclusivamente na via judicial é ignorar os silêncios que gritam nas entrelinhas dos processos. Mais do que resolver litígios, essas práticas propõem restaurar vínculos e dignificar a escuta como ferramenta de pacificação. Ao deslocarem o foco da culpa para a corresponsabilidade, e da disputa para a reconstrução, elas nos convidam a pensar uma justiça que reconcilia e não apenas sentencia.

Modelos internacionais têm avançado nesse sentido, oferecendo importantes referências para a realidade brasileira. Conforme apontam Riveros e Coester-Waltjen (2019), a mediação familiar tem

se consolidado na Europa e no Chile como alternativa eficaz à via judicial, promovendo soluções consensuais e duradouras, sobretudo em situações envolvendo filhos. As autoras ressaltam que “a mediação pode criar uma atmosfera construtiva para o diálogo e preservar uma relação amigável e sustentável entre as partes”, o que é particularmente relevante em contextos nos quais a convivência futura entre os envolvidos ainda será necessária, como nas relações parentais pós-divórcio.

A experiência estrangeira confirma aquilo que parte da doutrina brasileira já vem sinalizando: a efetividade da mediação familiar não está apenas na formalização de acordos, mas na sua capacidade de restaurar os canais de diálogo e preservar relações que, mesmo após a ruptura conjugal, continuam sendo fundamentais.

Conforme apontam Veras e Fragale Filho (2013), enquanto a conciliação tende a priorizar unicamente o alcance de acordos formais, a mediação se volta à reconstrução da comunicação entre as partes e à restauração dos vínculos sociais, aspectos particularmente relevantes nos conflitos familiares, em que o diálogo contínuo e a cooperação futura são indispensáveis.

Essa perspectiva relacional, centrada na comunicação e na corresponsabilidade, revela-se especialmente importante em disputas que envolvem filhos, pois impõe uma convivência futura que exige mais do que sentenças, exige maturidade emocional e respeito mútuo. Assim, os avanços internacionais dialogam diretamente com os desafios locais, reforçando a necessidade

de se investir em práticas que não apenas solucionem o litígio, mas que pacifiquem a experiência da ruptura.

Em última análise, a mediação no Direito de Família não deve ser vista apenas como técnica procedimental, mas como um verdadeiro exercício de reconstrução social. Ao substituir a lógica da imposição pela da corresponsabilidade, ela nos lembra que a justiça pode ser mais do que a proclamação de sentenças: pode ser espaço de escuta, acolhimento e transformação.

Diante da pluralidade das famílias contemporâneas, investir em práticas dialógicas não é uma escolha acessória, mas uma exigência ética e institucional. Que este artigo seja, portanto, um convite à reflexão crítica sobre o futuro da pacificação social no Brasil, um futuro em que o amor que acabou não precise necessariamente se tornar litígio, mas possa abrir caminho para novas formas de convivência, respeito e maturidade.

4 Desafios e Perspectivas no Contexto Multicultural

O cenário familiar brasileiro é marcado por uma pluralidade que desafia qualquer tentativa de uniformização. Arranjos pluriparentais, uniões homoafetivas, famílias recompostas e práticas culturais diversas convivem lado a lado, exigindo do Direito respostas sensíveis e contextualizadas.

Nesse ambiente, a mediação não se apresenta apenas como técnica de resolução de disputas, mas como espaço de reconhecimento e

diálogo entre diferenças. Refletir sobre seus limites e possibilidades, portanto, implica encarar os desafios e perspectivas do multiculturalismo, que ampliam a complexidade do conflito, mas também oferecem oportunidades únicas de pacificação e inclusão.

A realidade multicultural das famílias brasileiras impõe novos desafios à mediação como instrumento de desjudicialização. A diversidade de arranjos familiares, os distintos valores culturais e as múltiplas concepções de parentalidade evidenciam que não existe um modelo único de solução para os conflitos afetivos. Essa complexidade exige que o Direito vá além de sua moldura tradicional, reconhecendo novas formas de convivência que emergem da própria dinâmica social.

Como observa Maria Berenice Dias (2022, p. 54), a compreensão contemporânea do Direito de Família não pode se restringir ao modelo matrimonial clássico. Durante muito tempo, uniões extramatrimoniais foram tratadas como meras sociedades de fato no campo obrigacional. Hoje, no entanto, já se reconhecem como família as uniões homoafetivas, bem como as simultâneas e poliafetivas — estas últimas, por vezes preconceituosamente chamadas de "concubinato adulterino". Todas essas formas de organização afetiva, embora destoem do padrão hegemônico, demandam a mesma tutela jurídica, pois integram a pluralidade de experiências que constituem o Direito das Famílias.

Nesse cenário, a mediação assume papel privilegiado por permitir que as partes construam soluções ajustadas às suas próprias experiências e contextos culturais. Essa flexibilidade a torna

especialmente adequada para lidar com a pluralidade das famílias brasileiras.

Entretanto, a mesma diversidade que fortalece a mediação também representa um desafio: exige mediadores preparados para lidar com diferenças de gênero, religião, etnia e classe social, sob pena de que práticas uniformizadoras esvaziem seu potencial inclusivo. Por isso, pensar a mediação no contexto multicultural implica reconhecer tanto sua força humanizadora quanto a urgência de políticas públicas que garantam sua aplicação de forma efetiva, plural e respeitosa.

Nessa linha, Dias (2025) observa que a mediação viabiliza que cada participante introduza no processo seus próprios "mundos normativos", colocando-os em contato com os dos demais e permitindo que a diversidade seja equacionada sem reduzi-la a um padrão único. Assim, a mediação consolida-se não apenas como técnica de resolução de disputas, mas como prática de reconhecimento e convivência intercultural, capaz de transformar conflitos em oportunidades de diálogo e inclusão.

Em síntese, o multiculturalismo desafia o Direito de Família a abandonar soluções padronizadas e a reconhecer que cada conflito carrega singularidades que não se resolvem pela aplicação mecânica da lei. Nesse horizonte, a mediação revela-se não apenas como instrumento jurídico, mas como prática cultural e ética, capaz de transformar diferenças em diálogo e divergências em oportunidades de amadurecimento coletivo. O futuro da pacificação social no Brasil depende, em grande medida, da capacidade de acolher a pluralidade

sem reduzi-la a esquemas rígidos, construindo uma justiça que não apenas soluciona litígios, mas promove inclusão, reconhecimento e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a judicialização excessiva dos conflitos familiares, embora legitimada pelo ordenamento jurídico, mostra-se incapaz de lidar com a complexidade emocional e relacional que caracteriza as rupturas afetivas. O modelo adversarial, ao reduzir experiências humanas a petições e sentenças, perpetua ressentimentos e cristaliza dores, especialmente quando há crianças envolvidas.

Nesse contexto, a mediação se destacou como caminho de desjudicialização e pacificação, não apenas por oferecer soluções jurídicas, mas sobretudo por possibilitar espaços de escuta, corresponsabilidade e reconstrução relacional. A comparação entre o paradigma adversarial e a prática mediadora evidencia que não se trata de substituir uma técnica por outra, mas de promover uma transformação cultural e institucional, capaz de ressignificar o papel do Direito de Família em uma sociedade plural.

O exame do multiculturalismo reforçou ainda mais essa necessidade: a diversidade de arranjos familiares, de valores e de concepções de parentalidade revela que não há respostas únicas para os conflitos afetivos. Nessa realidade, a mediação surge como prática inclusiva, apta a reconhecer a pluralidade e a transformá-la em oportunidade de diálogo, desde que

acompanhada de políticas públicas que garantam formação qualificada, autonomia institucional e efetividade prática.

Assim, desjudicializar o amor que acabou não significa omissão estatal, mas sim a construção de um novo horizonte ético para o Direito: um horizonte em que a justiça deixa de ser apenas sentença e se torna também cuidado, dignidade e pacificação social. Essa é a reflexão que se impõe ao Estado, aos operadores do Direito e à sociedade brasileira — a de que o futuro da justiça familiar depende menos da multiplicação de processos e mais da capacidade de transformar conflitos em possibilidades de reconciliação e maturidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLZE, Simone Dill Azeredo; SCHMIDT, Beatriz; BÖING, Elisangela; CREPALDI, Maria Aparecida. **Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: características e estratégias de resolução**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 27, supl. 1, p. 457-465, 2017. DOI: 10.1590/1982-432727s1201711. Disponível em <https://www.scielo.br/j/paideia/a/WFDXt5nJ5J4FxbhWrPqtQs/?format=pdf&lang=pt>, Acesso em 02 de junho de 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010**. Institui a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras

providências. Disponível em:
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2014/04/resolucao_125_29112010_23042014190818.pdf . Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em:
<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>
 Acesso em: 16 ago. 2025.

BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de conflitos no contexto familiar. **Revista IOB de Direito de Família**, São Paulo, n. 51, p. 49-63, dez. 2008/jan. 2009. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/artigo%20Adolfo_mediacao_contexto_familiar_revsita_iob_11.pdf . Acesso em 08 de junho de 2025.

CEVID. **Relacionamento abusivo: informativo sobre sinais de alerta e rede de apoio. Curitiba: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná –** Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, 2021. Disponível em:
<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid>. Acesso em: 09 jun. 2025.

CHAVES, A. B. S., Eiras Coelho Soares, L. C., Felix Barbosa de Oliveira, C., & Albuquerque Corrêa, F. H. (2022). **MEDIAÇÃO FAMILIAR E PSICOLOGIA: ARTICULAÇÃO ESTEÓRICO-PRÁTICAS NA REALIDADE BRASILEIRA.** Psicologia Em Estudo,

27.
<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.49866.D>
 Disponível em:
<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.49866>.
 Acesso em: 08 jun. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

DIAS, Rodrigo Rodrigues. **Mediação e conciliação: um estudo comparativo em busca de uma jurisdição sensível.** Londrina: Thoth, 2025.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama de (org.). **Mediação nas comunidades e nas instituições** [livro eletrônico]. Niterói: PPGSD - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2014. 205 p. ISBN 978-85-89150-13-2

NAZARETH, Eliana Riberti; DOS SANTOS, Lia Justiniano. A importância da co-mediação nas questões que chegam ao direito de família. PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Afeto, ética, Família e o novo Código Civil.** Belo Horizonte: Del Rey, p. 127-139, 2004.

OLIVEIRA, Camilla Felix Barbosa de. Entre conflitos familiares e resoluções consensuais: a judicialização em tempos de humanização da Justiça. 2020. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8013/12>

/Tese_CamillaFelix_PPGAS.pdf Acesso em: 15 jun. 2025.

RIVEROS, Carolina; COESTER-WALTJEN, Dagmar. Alternative dispute resolution in family disputes in Europe and Chile: mediation. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 2, e1914, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201914>. Acesso em: 09 jun. 2025.

ROHENKOHL, Lia Mara Inês Albertoni; CASTRO, Elisa Kern de. Afetividade, conflito familiar e problemas de comportamento em pré-escolares de famílias de baixa renda: visão de mães e professoras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 2, p. 438-451, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200012>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/k4LmWF8MB8X7gThtZtyLxsM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 de junho de 2025.

SANTOS, Nathália SILVA E. A CONSTELAÇÃO SISTEMICA E OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 14, n. 1, p. 281-303, 2019.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis / Fernanda Tartuce. – 4. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO: 2018.

VAZ, Thalles J. T., BORGES, Lucas M. R. e SOUZA, Barbara L. T. de. **Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz no Direito de Família**: um

olhar freudiano para a resolução de conflitos e a cura emocional. In: **Revista Jurídica Direito, Justiça, Fraternidade & Sociedade**. Vol. 1. Nº 2. 06/2025. Disponível em <https://revista.sentencadozero.com/index.php/rjdz/issue/view/24/14>. Acesso em: 26 jul. 2025.

VERAS, Cristiana Vianna; FRAGALE FILHO, Roberto. **A judicialização da mediação no poder judiciário brasileiro: mais do mesmo nas disputas familiares?** e-cadernos CES, v. 20, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1717>. Acesso em: 16 jun. 2025.

YOSHIOKA, Karyna Yukie; DA SILVA BUENO, Filipe Braz. A desjudicialização das demandas na visão de complexidade de Luhmann no uso das constelações familiares como ferramenta de mediação. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 22, n. 2, 2019.